

# Territórios em Revista

1ª Edição - 2021



## Um ano de Fase III

O que foi feito nas  
áreas de formação e  
de incidência política  
no projeto  
Territórios do Petróleo



Territórios  
do Petróleo



**UENF**

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



**PETROBRAS**



**IBAMA**  
M M A

- 04** **Desafio ao quadrado**
- 06** **Hora de colocar a mão na massa**
- 10** **Teoria e prática em formação de equipe**
- 12** **O laboratório social dos Territórios do Petróleo**
- 14** **Uma trajetória de protagonismo**
- 18** **Metas alcançadas e pendentes em ano de pandemia**

## **Nossa equipe**



Editor:  
Mozarth Dias de Almeida Miranda

Textos:  
Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle  
Marina Lima Bruno  
Mozarth Dias de Almeida Miranda  
Simone Rodrigues Barreto

Revisão:  
Eliza de Souza Silva Araujo

Design Gráfico:  
Marcus Vinicius S. Cunha  
Miguel de Araujo Lopes

Ilustrador:  
Alberto de Souza - Beralto

**Territórios em Revista** traz um apanhado das ações do projeto *Territórios do Petróleo* entre 14 de setembro de 2020 e 13 de setembro de 2021.

Vinculado ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, o projeto é uma política exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à empresa Petrobras e executada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Unf). Nesta fase, o projeto está sendo administrado pela Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundenor).

Foi um ano difícil e marcado por obstáculos inesperados, mas também uma oportunidade para o florescimento de diretrizes presentes desde as origens — por exemplo, a preocupação com o uso articulado de diferentes recursos de mídia está presente no projeto desde a Fase I (2014-2016). Quando o plano de trabalho para a Fase III (2020-2022)

foi elaborado, não existia Covid-19;

a pandemia nos obrigou a potencializar o uso de ferramentas de interação remota.

A matéria “Desafio

ao quadrado” aborda justamente isto: como agregar pessoas e conquistar sua confiança sem um contato face a face? O jeito foi extrair o máximo das ferramentas tecnológicas para redesenhar todo o processo pedagógico.

Uma amostra do resultado desse esforço está na matéria “Hora de colocar a mão na massa”. Tomemos um exemplo: ainda que de forma virtual, as Reuniões Comunitárias mobilizaram 104 localidades, e desses encontros surgiu a adesão de 16 novos membros para os Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs).

No texto “O laboratório social dos territórios do petróleo” vemos a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento do projeto. Em três Grupos de Trabalho (GTs), os pesquisadores investigam fenômenos ligados aos seguintes temas: “Engajamento para a vigília cidadã”, “Participação e controle social” e “Petróleo e orçamentos municipais”.

Na matéria “Teoria e prática em formação de equipe” percebemos como o corpo técnico funciona de forma integrada. Toda quarta-feira, o grupo se reúne virtualmente para estudar artigos sobre a educação crítica como prática libertadora, educação ambiental, educação popular, conflito ambiental e orçamento público.

Por fim, esta edição traz o perfil de Marilúcia Aparecida Soares, do Assentamento Prefeito Celso Daniel, em Macaé, e membra do NVC local desde a Fase I — hoje integra a equipe do projeto como agente de mobilização. Trata-se de um exemplo eloquente da força transformadora da educação ambiental crítica aplicada ao licenciamento ambiental.

Sabemos que o ponto de chegada não é apenas a transformação de indivíduos, mas também o empoderamento coletivo. Esses frutos têm aparecido a seu tempo, mas se pode dizer, sem medo de errar, que a semeadura tem sido intensa.

# Desafio ao quadrado

Se já não era fácil tratar de royalties e orçamento público na perspectiva da educação popular, o isolamento imposto pela pandemia obrigou o projeto a se reinventar

Pense no desafio de reunir cidadãos e cidadãs de grupos vulneráveis aos impactos da cadeia do petróleo e gás para um aprendizado de médio e longo prazo (em horas de folga do trabalho habitual) sobre formas de controlar a aplicação dos royalties pelo poder público local. Agora imagine esse mesmo desafio em um contexto de pandemia, onde os contatos, os convites e todas as atividades são feitos de forma remota, sem o tradicional “olho no olho”. Essa é a realidade do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo em sua Fase III, que começou em 14 de setembro de 2020.





“A maior dificuldade de atuar remotamente com mobilização comunitária é fazer novos contatos. Normalmente sinto que as pessoas, por desconfiança, resistem um pouco a saber mais sobre o projeto e sobre os benefícios de participar dele”,

conta **Gabriel** de Souza Silva Araújo, músico popular formado pela Universidade Federal da Paraíba e técnico social do projeto em Cabo Frio. Gabriel é novo na equipe, pois se inseriu no decorrer da Fase III.

Ingressar em uma experiên-

cia nova em meio a um mundo virado de pernas para o ar também faz parte da experiência da bióloga **Layla** Poubel Tunala, que é mestre em Ecologia Marinha e doutoranda em Dinâmica dos Oceanos e da Terra. Técnica responsável pelos municípios de Arraial do Cabo (RJ) e Cabo Frio (RJ), Layla conta que,

em condições normais, ficaria boa parte do seu tempo na sede produzindo e revisando documentos, bem como fazendo o planejamento de atividades. Isso tem sido feito em casa, com certa tranquilidade. A outra parte seria a tarefa indispensável de aproximação com os membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs) dos dois municípios — ou seja, com os cabistas e cabo-frienses que topam participar voluntariamente do projeto.

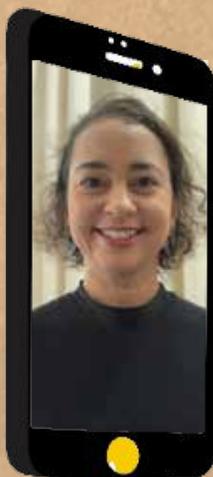
“Eu esperaria conhecer pessoalmente os membros dos núcleos, olhar nos olhos, apertar as mãos. Além disso, eu esperava poder realizar as atividades com os comunitários de forma mais dinâmica e interativa metodologicamente, coisa que fica um pouco restrita pelos meios on-line”, ela pontua.



Na visão da historiadora **Lia** Keller Ferreira, técnica social em Armação dos Búzios (RJ), o trabalho remoto trouxe um ingrediente novo para a equipe: a constante pesquisa de ferramentas tecnológicas que permitam reinventar o processo pedagógico que está na base de todo o pensar e agir do projeto. Para Lia, que faz mestrado em Políticas Sociais na Uenf, o trabalho remoto traz tranquilidade quanto aos riscos de contágio pelo novo coronavírus, mas também uma sensação de solidão.

“Depois que combinamos tudo, fechamos o microfone, e cada um faz o que precisa ser feito. Aí é só você, entre as quatro paredes, e a tela. Isso pesa, apesar de a gente compreender a necessidade”, ela comenta.

O trabalho remoto foi uma exigência do contexto de pandemia, mas o uso intensivo de ferramentas virtuais de comunicação é algo previsto desde a implantação do projeto, em 2014.



**Michelle** Nascimento, coordenadora de campo, é responsável pela articulação entre as equipes locais, situadas nos dez municípios litorâneos entre São João da Barra (RJ) e Arraial do Cabo (RJ). Michelle, que é pedagoga e mestranda em Políticas Sociais, tem que estar todo o tempo atenta para que as energias empregadas

no esforço de adaptação não tirem o foco do essencial:

“Estamos aqui para mitigar impactos, ou seja, para ajudar a promover o protagonismo das comunidades no controle social das rendas petrolíferas”, destaca Michelle.



# Hora de colocar a mão na massa

## Núcleos de Vigília Cidadã entram na etapa da incidência política

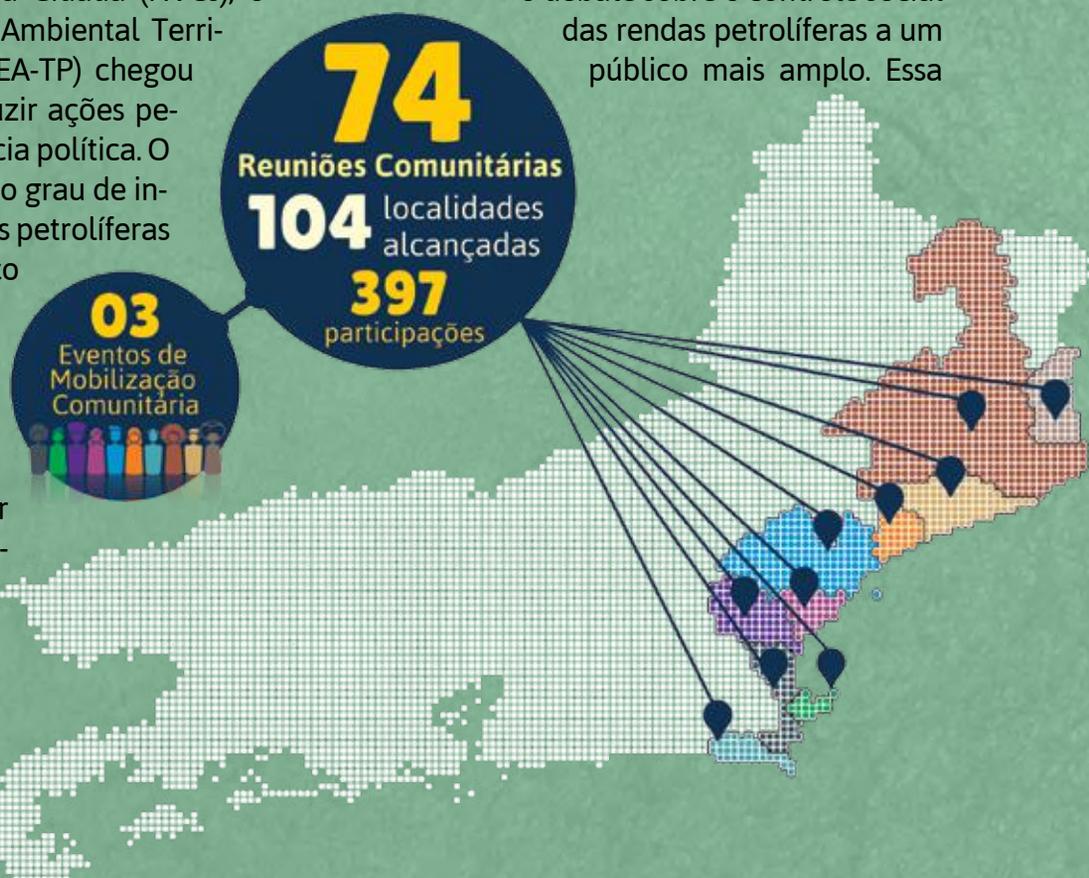
Nesse primeiro ano de Fase III, os integrantes dos NVCs tomaram parte em reuniões de uma variedade de espaços institucionais, incluindo conselhos municipais, audiências públicas, sessões nas Câmaras de Vereadores, encontros com diversas instituições, seminários, reuniões com sindicatos e cooperativas, fórum de políticas culturais, comitês de bacias, programas de rádio, *lives*, conferências municipais de cultura, cursos e consultas públicas. Todas essas participações são registradas pela coordenação do projeto em uma matriz de incidência política.

Depois dos períodos de implantação (2014-2016) e de consolidação (2017-2019) dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs), o Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) chegou ao momento de traduzir ações pedagógicas em incidência política. O trabalho de qualificar o grau de informação sobre rendas petrolíferas e orçamento público continua, mas a Fase III (2020-2022) trouxe consigo o que os membros do projeto tanto esperavam: as iniciativas para influir na gestão dos municípios em favor da adoção de políticas públicas de interesse dos grupos mais vul-

neráveis aos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás.

Um dos caminhos para chegar a esse objetivo é a realização das chamadas Reuniões Comunitárias. São encontros dos cidadãos engajados no projeto — membros dos NVCs municipais — com as comunidades às quais pertencem. O objetivo principal é que o conhecimento produzido nos núcleos possa ser abordado também junto às comunidades. Os temas debatidos interessam aos membros dessas comunidades, e com isso mais 16 pessoas ingressaram nos NVCs.

Outra estratégia é a realização de Eventos de Mobilização Comunitária, que levam o debate sobre o controle social das rendas petrolíferas a um público mais amplo. Essa



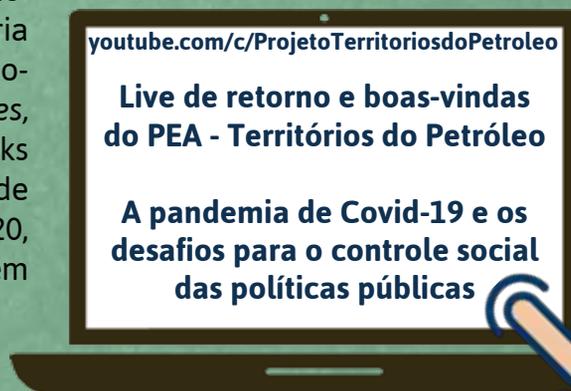
meta foi idealizada pelos membros dos NVCs durante a construção coletiva do plano de trabalho para a Fase III do projeto. Essa ação também precisou ser adaptada ao modelo remoto devido à pandemia de Covid-19. Os participantes dos núcleos têm sido protagonistas desde a etapa de planejamento até a realização dos eventos, definindo os temas, escolhendo os(as) convidados(as) e mediando os diálogos.

Três municípios realizaram o Evento de Mobilização Comunitária em 2021: Rio das Ostras, em 13/05/21, com o tema “Orçamento público, cidadania e participação social”; Campos dos Goytacazes, em 08/07/21, abordando “Saúde e saneamento básico no orçamento público municipal”; e Armação dos Búzios, em 06/09/21, enfocando “Orçamento público e royalties”. Todos tiveram a participação de dois ou mais pesquisadores.

Em outra frente, os núcleos têm-se dedicado a encontros com membros de outros Projetos de Educação Ambiental (PEAs) vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, tais como Foco, NEA-BC, Pescarte, Quipea, Rede Observação. Dessas reuniões de articulação entre os PEAs surgiram propostas encaminhadas às discussões sobre o orçamento dos municípios de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras.

Na base de todas essas iniciativas está o trabalho pedagógico continuado que ocorre nas Reuniões Ordinárias dos NVCs, em geral realizadas quinzenalmente em cada município. Esses encontros constituem a rotina dos membros engajados no projeto — que provêm de diferentes grupos sociais — e propiciam a oportunidade estratégica para a definição de agendas articuladas envolvendo interesses desses diferentes segmentos da sociedade. As Reuniões Ordinárias são também importantes para tomadas de decisão e para o fortalecimento da coesão do grupo. Quando surge a necessidade, são realizadas Reuniões Extraordinárias.

Todas essas ações têm sido feitas de forma remota, por conta da pandemia de Covid-19 (ver matéria “Desafio ao quadrado”). A necessidade de novos modos de interação suscitou a realização de duas *lives*, no canal do Territórios do Petróleo no *Youtube* (links ao lado), que não estavam programadas: uma de reabertura do projeto, em 04 de novembro de 2020, outra sobre os desafios para o controle social em contexto de pandemia, em 22 de março de 2021. Somadas, as duas *lives* tiveram 286 participantes e 1.012 visualizações no *YouTube*.



# Articulação é a chave das ações

O exercício da ação articulada pode abrir caminhos que de outra forma

seriam invisíveis. Uma Reunião Comunitária realizada em 29 de abril de 2021, no distrito de Dores de Macabu, em Campos dos Goytacazes (RJ), foi o pontapé inicial para uma ação que envolveu grupos de Campos, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra. Em ofício assinado por nove instituições e grupos organizados, foi solicitada a realização de nova audiência pública para tratar de impactos diretos causados por um empreendimento que algumas comunidades atingidas desconheciam. Um grupo em um aplicativo de mensagens foi criado para acompanhar os desdobramentos da iniciativa.

O ano 2021, o primeiro das atuais gestões municipais, foi também o da elaboração dos Planos Plurianuais (PPA), que definem diretrizes, objetivos e metas referentes aos orçamentos dos quatro anos seguintes. Em Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, os NVCs formularam propostas de forma articulada com grupos da sociedade civil, incluindo outros PEAs. Em Macaé, também houve

articulações com outros PEAs para apresentação de proposta para a fase seguinte do ciclo

orçamentário, que é a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Em São João da Barra, uma Reunião Comunitária envolvendo a localidade de Quixaba promoveu uma discussão coletiva sobre a condição do lugar, que se sente abandonado por haver discussões quanto a sua verdadeira pertença — se é território sanjoanense ou campista.

Em Carapebus, o NVC tem utilizado as Reuniões Comunitárias para estabelecer um diálogo mais próximo com representantes do poder público. Essa estratégia possibilitou, por exemplo, o contato direto das comunidades interessadas com o superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e com o subsecretário municipal de Meio Ambiente. Entre as ações coletivas propostas ou fomentadas pelo NVC estão abaixo-assinados solicitando melhorias na iluminação pública e na área dos transportes. Mesmo quando o contato direto com as

autoridades não é possível, o pessoal do núcleo divide tarefas de modo a fazer chegar as demandas aos responsáveis.

Em Quissamã, o NVC organizou, em 15 de julho de 2021, reunião de moradores da localidade de Caxias, onde estão localizados dutos, com representantes da Transpetro — empresa de transportes e logística da área de petróleo, gás e biocombustíveis — para esclarecer dúvidas dos habitantes do lugar. Já na localidade de Matias, o núcleo promoveu reunião da comunidade local

com o representante da Secretaria Municipal de Segurança, que na ocasião foi o corregedor da Guarda Municipal.

Na prática, Reuniões Comunitárias e Reuniões de Articulação geram frutos para os municípios em que o PEA-TP atua. Em Armação dos Búzios, dois grupos se aproximaram do NVC, as mulheres caiçaras e marisqueiras. E em Cabo Frio, a partir das reuniões de articulação entre os PEAs, foram criados dois grupos de trabalho: um sobre orçamento e outro sobre saneamento.

## O olhar de quem está na ponta

A educadora socioambiental **Laudirlea** Silva dos Reis, cientista social e mestra em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, já integrava a equipe de Carapebus na Fase II e por isso pode ter uma visão em perspectiva. Do seu ponto de vista, o núcleo vem amadurecendo e se tornando mais autônomo. “Alguns membros que não eram muito de falar agora estão mediando Reuniões Comunitárias!”



Essas reuniões, que foram pensadas para ser uma espécie de carro-chefe da atual fase do projeto, realmente têm constituído o aspecto mais marcante da atuação dos núcleos na visão da técnica **Pâmela** de Faria Busch. Licenciada em Biologia, mestra e doutora em Engenharia e Ciência dos Materiais, Pâmela enxerga nesses eventos “a chance que eles (os membros do NVC) queriam para mostrar às pessoas de fora do núcleo o que eles estavam aprendendo aqui no projeto”.



O compartilhamento de informações com esferas mais amplas da sociedade conta ainda com o uso intensivo das ferramentas digitais. Pelo **Facebook** e pelo **Instagram**, assim como pelo **site**, é possível acompanhar datas de reuniões, eventos de mobilização e também se informar sobre as ações do projeto e sobre aspectos gerais do tema da exploração e produção de petróleo e gás. São canais distintos que favorecem a comunicação com diferentes perfis de cidadãos, visando à mitigação do impacto da desinformação sobre as rendas petrolíferas que chegam aos municípios considerados produtores de petróleo.

# Teoria e prática em formação de equipe

Toda quarta-feira tem reunião de equipe do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) para troca de experiências, nivelamento de estratégias adotadas nos municípios e intercâmbio entre o campo e a pesquisa. A cada encontro, a pauta inclui a leitura de textos acadêmicos sobre um tema previamente escolhido, articulando teoria e prática.

Para **David** Teixeira, técnico social que atua em Macaé desde 2017, “a dinâmica no diálogo entre agentes do projeto e população é facilitada quando o estudo se concentra na resolução de problemas reais, que são dinâmicos, se renovam e precisam ser analisados com rapidez”.

Entre técnicos e pesquisadores, os encontros para debater a teoria e aplicá-la a casos concretos envolvem cerca de 60 participantes, incluindo os educadores socioambientais que estão na ponta, ou seja, em contato cotidiano com os NVCs. O material estudado ao longo do primeiro ano da Fase III, abrange as temáticas da educação crítica como prática libertadora, educação ambiental, educação popular, conflito ambiental e orçamento público.



A formação continuada também envolve seminários realizados ao longo de vários dias consecutivos, sob a condução de especialistas de diferentes instituições e utilizando distintas estratégias, como rodas de conversa, palestras, debates e dinâmicas de grupo. Ao longo de 2021 foram realizados três seminários, reunindo, sempre de forma remota, em torno de 80 pessoas, entre membros da equipe e representantes da Petrobras, Uenf e Fundenor, instituições envolvidas no projeto. Os temas foram “Conflitos socioambientais e estratégias para mediação”, “Educação popular” e “Orçamento público”, e para cada um foi gerada uma apostila de apoio.



**Marcela** Amorim, há quatro anos vinculada ao projeto (primeiro como membro do NVC de Rio das Ostras e atualmente como agente de mobilização), percebeu que o aprendizado influenciou o rumo profissional de sua vida. Nesse tempo, formou-se como técnica em Meio Ambiente

no Instituto Federal Fluminense (IFF) e, este ano, foi aprovada para o curso superior de Ciência Socioambiental na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, com bolsa integral. “As vivências compartilhadas com os outros agentes e supervisores são importantes e preparam para a mediação de conflitos no campo no momento em que o técnico é questionado”, avalia Marcela.

Para Suelen Ribeiro, supervisora social do projeto, essa articulação do conhecimento técnico com a prática “transforma o conhecimento em algo acessível, possível, de fácil compreensão para o público”.



**Jéssika** Rodrigues, técnica que atua nas cidades de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, diz que a participação nos seminários “acrescentou muito, tanto na vida pessoal quanto na profissional”.





# O laboratório social dos Territórios do Petróleo

Composta por 14 pesquisadores e seis bolsistas de iniciação científica, a equipe de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo enviou 11 artigos para revistas ou eventos acadêmicos neste primeiro ano de vigência da Fase III, de 14 de setembro de 2020 a 13 de setembro de 2021. Seis pesquisadores já exerciam essa função na fase anterior e oito foram incorporados na atual etapa.

Tendo como referência os municípios produtores da Bacia de Campos, os trabalhos medem o grau de transparência das contas municipais, apontam para onde vão os gastos públicos e apresentam as possibilidades de revitalização de campos maduros. Também abordam processos pedagógicos em espaços não formais, analisam a educação popular dentro e fora do licenciamento ambiental, avaliam o papel de redes colaborativas na democratização do acesso à informação, tratam da vigília cidadã e analisam a abordagem em Educação Patrimonial no âmbito da gestão ambiental pública. A equipe se organiza em três Grupos de Trabalho (GTs).



**GT1**

Engajamento  
para a  
vigília cidadã

**GT2**

Participação  
e controle  
social

**GT3**

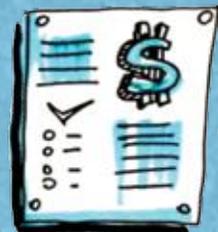
Petróleo e  
orçamentos  
municipais

O trabalho deste grupo se concentra no alinhamento teórico para unir as pesquisas que atendem os campos da antropologia, educação, jurisdição, comunicação e assistência social. Segundo a professora Suely Lemos, integrante do grupo, as discussões passaram pelos conceitos de educação não formal, filiação, permanência, até chegar ao termo “engajamento cívico e político”. A partir daí, os pesquisadores identificaram o elo entre as áreas de trabalho e como elas se complementam. Para ela, “fortalecer a compreensão teórica que fundamenta o trabalho é entender a relação dos sujeitos com o Núcleo de Vigília Cidadã”. Ao todo são seis pesquisadores e três bolsistas de iniciação envolvidos com a temática.

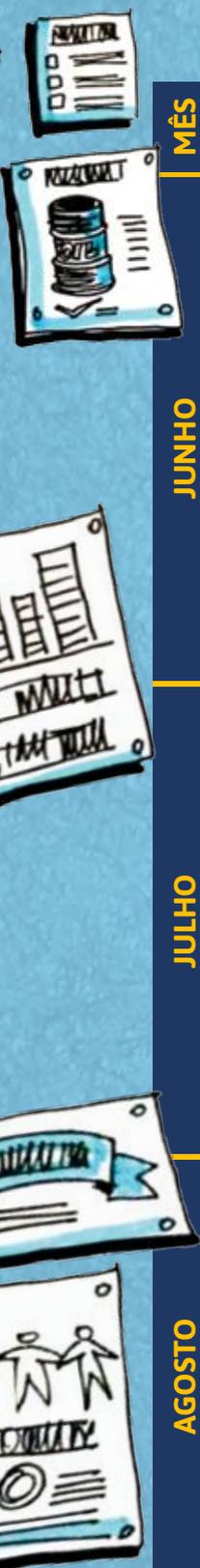
As conversas entre os membros deste grupo buscam identificar os terrenos comuns na pesquisa de cada um. O desafio, segundo o professor Hamilton Garcia, tem sido articular áreas como orçamento, governança, política agrária e de desenvolvimento social e, a partir daí, “produzir as relações que resultem em melhorias nas vidas das pessoas atendidas pelo projeto”. Os pesquisadores estudam políticas de desenvolvimento das populações rural e urbana e, dessa forma, identificam carências e possíveis soluções a cargo do poder público. Ao todo são cinco pesquisadores e dois bolsistas de iniciação científica envolvidos com a temática.

O objetivo do grupo é analisar como as tendências recentes na produção de petróleo, especialmente na Bacia de Campos, e as mudanças no marco regulatório impactam a distribuição dos royalties e participações especiais nos dez municípios atendidos pelo PEA-TP. A forma como a imprensa trata o assunto também é uma questão para o grupo, pois é ela quem informa a população sobre como os investimentos públicos estão sendo administrados. De acordo com o professor Alcimar Chagas, que faz parte do grupo, “as grandes expectativas divulgadas pelas mídias dos novos empreendimentos petrolíferos sugerem transformações para a região que não se sustentam com o passar do tempo. Os governos fomentam expectativas e adiam a gerência do que é possível controlar e inovar”. Ao todo são quatro pesquisadores e um bolsista de iniciação científica envolvidos com a temática.

# Relação de trabalhos submetidos pela equipe de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo de janeiro a agosto de 2021



MÊS	TÍTULO	AUTORES(AS)	PERIÓDICO OU EVENTO
FEVEREIRO	Educação ambiental em espaços não formais: experiências do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP)	Nathani Siqueira Lima & Suely Fernandes Coelho Lemos	VII Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial (5 a 8 de maio)
	Educação ambiental crítica, educação popular e permanência: conceitos fundamentais na ação educativa com os sujeitos da vigília cidadã do PEA-TP	Suely Fernandes Coelho Lemos & Silvia Alicia Martinez	Revista Pesquisa em Educação Ambiental
JUNHO	A vigília cidadã sobre os royalties do petróleo na Bacia de Campos: a ação educativa do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo na Bacia de Campos	Suely Fernandes Coelho Lemos & Silvia Alicia Martinez	Revista Práxis
	Uma discussão fundamental sobre a revitalização de campos de petróleo maduros: o caso da Bacia de Campos no Brasil	Alcimar das Chagas Ribeiro	Revista Oikos
	Comunicação popular na construção do boletim digital "Rede Territórios do Petróleo"	Simone Rodrigues Barreto & Marcelo Carlos Gantos	XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã



MÊS	TÍTULO	AUTORES(AS)	PERIÓDICO OU EVENTO
JUNHO	<b>Panorama da educação popular no Brasil e os movimentos sociais: inspirações freireanas e contribuições à práxis da educação ambiental crítica</b>	Rodrigo da Costa Caetano Sílvia Alicia Martínez & Michelle Nascimento Weissmann da Silva	Revista de Educação Popular
	<b>Transparência e acesso à informação nos municípios produtores de petróleo na Bacia de Campos/RJ</b>	Joseane de Souza Nilo Lima de Azevedo Patrícia Helena Barbosa Azevedo	GESTAO.ORG
JULHO	<b>Redes colaborativas, democratização de informações e conhecimentos em uma experiência de educação ambiental</b>	Maria da Consolação Lucinda & Sílvia Alicia Martínez	Revista Confluências
	<b>Gastos públicos sociais e ambientais dos municípios produtores de petróleo e gás natural da Bacia de Campos</b>	Marlon Gomes Ney & Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle	Revista de Gestão Ambiental e Social
AGOSTO	<b>O grau de transparência ativa, passiva e global nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ - 2021</b>	Joseane de Souza Nilo Lima de Azevedo Patrícia Helena Barbosa Azevedo	Gestão e Planejamento (Salvador)
	<b>Inventários participativos no âmbito do licenciamento ambiental: a experiência do PEA Territórios do Petróleo</b>	Simonne Teixeira & Michelle Nascimento Weissmann da Silva	Revista C.S.

Em 30/09/21 estava publicado o artigo “Panorama da educação popular no Brasil e os movimentos sociais: inspirações freireanas e contribuições à práxis da educação ambiental crítica” e aceitos os seguintes trabalhos: “Educação ambiental em espaços não formais: experiências do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP)” e “Comunicação popular na construção do boletim digital ‘Rede Territórios do Petróleo’”. Os demais aguardavam resposta.



# Uma trajetória de protagonismo

Com longo histórico de militância, Marilúcia conta como o acesso diferenciado à informação abre novos espaços de participação

Contribuir para a organização, fortalecimento e participação política das comunidades afetadas pela extração do petróleo e gás na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, por meio da disseminação de conhecimento e informação qualificada, e estimular a participação ativa desses indivíduos nas políticas públicas: esse tem sido o desafio do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) desde 2014, ano de início de sua Fase I. Na fase atual, alguns frutos da participação social de sujeitos da ação educativa podem ser percebidos observando certas trajetórias individuais.



É o caso da agente de mobilização de Macaé, Marilúcia Aparecida Soares. Sua trajetória e história de vida também atravessam as conquistas do PEA-TP. Marilúcia conta que conheceu o projeto em 2014, quando a Caravana Territórios do Petróleo visitou o assentamento Prefeito Celso Daniel, em Macaé. A Caravana foi uma atividade itinerante da Fase I que percorreu dez municípios da Bacia de Campos levando informação e conhecimento sobre petróleo.

Marilúcia soube da Caravana no assentamento, no qual atua há 18 anos, e na época nem sabia do que se tratava, mas avisou aos outros assentados, e um grupo foi conferir no dia da visita. “Fiquei encantada com a Linha do Tempo, pois trazia de forma muita clara e acessível toda a história do petróleo na nossa região. Eu não sabia o que realmente eram royalties e percebi o quanto aquele tema era importante para a luta que eu já me dedicava”, conta ela.

Após a visita da Caravana, Marilúcia foi convidada por algumas pessoas conhecidas a participar do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC), que foi implantado no final da Fase I do projeto e reunia pessoas interessadas na temática dos royalties ligadas aos grupos sociais afetados pela cadeia de petróleo e gás. Ela conta que não faltava a nenhuma reunião do NVC de Macaé. “A cada oficina e tema novo eu me interessava ainda mais. Passei a compreender melhor como funcionavam as políticas públicas, e isso também me facilitou muito na hora de conversar com as pessoas em outras esferas políticas”, explica.

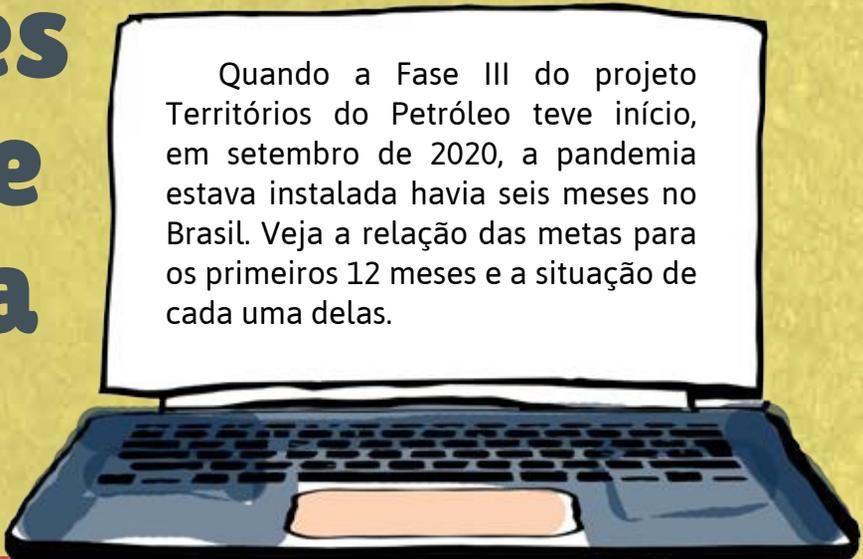
Marilúcia, que é licenciada em Educação do Campo com ênfase em Agroecologia e Segurança Alimentar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), já tem um histórico de lutas e envolvimento militante político, principalmente na agri-

cultura, mas de um tempo para cá ela passou a ter mais protagonismo. Ela conta que muito do que aprendeu no PEA-TP foi aplicado aos seus espaços políticos.

Mari, como é chamada, já tinha assento no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) de Macaé desde 2017, representando o assentamento. Em 2021, foi indicada para a vice-presidência desse Conselho. “Acredito que isso aconteceu pela visibilidade que eu passei a ter após trazer temas que eu aprendia no PEA-TP para serem discutidos entre o grupo.” Outro avanço desse ano foi a conquista de uma cadeira para representar o assentamento no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Commads), órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente (Simma) de Macaé. “Vejo que meu nome sempre é indicado para esses espaços, pois minha comunicação e conhecimento mudaram muito”, comemora ela.

Marilúcia tem estimulado outras pessoas a participar do NVC de Macaé. Ela tem se reinventado com o uso das novas tecnologias da informação, principalmente nessa Fase III do projeto, que seguiu em frente mesmo em meio à pandemia do Covid-19. Sentindo-se cada vez mais envolvida com a representação política do assentamento, tem utilizado várias ferramentas para disseminar informação. Participou da fundação do Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais em Carapebus, além da formação da Organização de Controle Social (OCS), que é um grupo de produtores rurais de produtos orgânicos. “Por conta disso conseguimos recentemente o selo do Ministério da Agricultura para o nosso cultivo, e isso é mais uma vitória possível por todo o conhecimento que adquirimos e acessamos com o PEA-TP”, finaliza a agente de mobilização, que é casada, possui cinco filhos e três netos.

# Metas alcançadas e pendentes em ano de pandemia



Quando a Fase III do projeto Territórios do Petróleo teve início, em setembro de 2020, a pandemia estava instalada havia seis meses no Brasil. Veja a relação das metas para os primeiros 12 meses e a situação de cada uma delas.

**Quadro-síntese** das metas para o primeiro ano da Fase III do projeto Territórios do Petróleo e respectivos status.

Meta	Status	Observações
Realização das reuniões ordinárias do Núcleo de Vigília Cidadã nos dez (10) municípios	Cumprida	
Realização de seis (06) seminários de formação continuada	Cumprida	
Realização de Reuniões Comunitárias trimestrais, por município, alternando com as reuniões ordinárias	Parcialmente cumprida	Execução impactada pela pandemia
Realização de Eventos de Mobilização Comunitária, um (01) por município	Cumprida	
Funcionamento do espaço virtual de comunicação transmidiática	Cumprida	
Edição e publicação de 6.000 unidades de folhetos informativos (TP e NVC)	Cumprida	Impressos, distribuídos entre os membros dos NVCs e publicados no site
Incentivo e participação do PEA-TP nas atividades de articulação com os demais PEAs que compõem o PEA-BC	Cumprida	
Produção, manutenção e gestão do Banco de Imagens integrado nos NVCs	Parcialmente cumprida	
Publicação impressa (500 volumes) de um Atlas do PEA-TP, produto que foi desenvolvido e publicado em formato digital no II Ciclo do PEA-TP	Pendente	
Participação em até quatro (04) seminários e/ou congressos e/ou colóquios (nacionais) e submissão de artigos científicos relacionados à temática do PEA-TP	Cumprida	

Fonte: Projeto Territórios do Petróleo



**Territórios  
do Petróleo**

**Você tem interesse em  
adquirir e compartilhar  
conhecimentos sobre  
royalties, orçamento  
municipal e controle social?**

**Faça contato conosco!**

peaterritorios@gmail.com  
www.territoriosdopetroleo.eco.br

 [youtube.com/c/ProjetoTerritoriosdoPetroleo](https://www.youtube.com/c/ProjetoTerritoriosdoPetroleo)

 [facebook.com/peaterritoriosdopetroleo](https://www.facebook.com/peaterritoriosdopetroleo)

 [@territoriosdopetroleo](https://www.instagram.com/territoriosdopetroleo)

Em caso de dúvidas, sugestões ou  
reclamações, ligue para a Central de  
Atendimento Petrobras Bacia de Campos:

**0800-026-2828**

## **Sedes e contatos:**

### **Armação dos Búzios**

Av. José Ribeiro Dantas, 5533,  
lojas 3 e 4 - Manguinhos  
CEP: 28950-000.  
Contato:  (22) 99977-8133

### **Arraial do Cabo**

Praça da Independência, 03  
- salas 1, 2, 3 e 4 - Centro  
CEP: 28930-000  
Contato:  (22) 99970-8824

### **Cabo Frio**

Rua Nilo Peçanha, 73 - Loja  
11 - Centro  
CEP: 28929-388  
Contato:  (22) 99970-8824

### **Campos dos Goytacazes**

Rua Marechal Deodoro, 55  
- Centro - CEP: 28010-280  
Contato:  (22) 99771-1508

### **Carapebus**

Rua João Pedro Sobrinho,  
130 - sala 205 - Loja 7 - Centro  
CEP: 27998-000  
Contato:  (22) 99886-4271

### **Casimiro de Abreu**

Rua Princesa Leopoldina, n° 31,  
lojas 2 e 3 - Centro  
CEP: 28860-000  
Contato:  (22) 99965-1425

### **Macaé**

Rua Dr. João Cupertino, 311 -  
Centro - CEP: 27913-060  
Contato:  (22) 99965-1425

### **Quissamã**

Av: Barão de Vila Franca, 412,  
lojas 6 e 7 - Centro  
CEP: 28735-000  
Contato:  (22) 99886-4271

### **Rio das Ostras**

Avenida Beira-Rio, 25 - Bairro  
Nova Esperança  
CEP: 28893-576  
Contato:  (22) 99977-8133

### **São João da Barra**

Rua dos Passos, 243,  
CEP: 28200-000  
Contato:  (22) 99771-1508